

# **A FORMAÇÃO PERMANENTE DE EDUCADORES NA PERSPECTIVA FREIREANA: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A FORMAÇÃO PERMANENTE DE EDUCADORES NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA.**

Taíssa Santos de Lima<sup>1</sup>  
Rita de Cassia Cavalcanti Porto<sup>2</sup>

O presente artigo procede do projeto de pesquisa para o Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestrado em educação. A pesquisa orienta-se pela seguinte questão: A política nacional de formação de profissionais do magistério da educação básica (PARFOR), propicia uma formação crítica sobre a prática, fundamentada na formação permanente de educadores na perspectiva freireana ou apenas certifica os educadores?. A pesquisa tem como objetivo geral analisar a influência da formação permanente de Paulo Freire na Política de Formação de Professores e na prática dos educadores do município de João Pessoa – PB, e específicos analisar como se desenvolve a política Nacional de Formação de Professores e a formação permanente de educadores no município de João Pessoa, verificar como a formação permanente de educadores ocorre na prática do professor e identificar se os pressupostos de formação permanente norteiam de fato a prática dos educadores. Metodologicamente utilizaremos a pesquisa qualitativa. Faremos uso de entrevistas semi-estruturadas tendo como princípio a concepção dialógica de Freire. Utilizaremos ainda a análise de documentos como fonte de informação à exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96 e o Decreto nº 6.755/2009 que institui a política nacional de formação de profissionais do magistério da educação básica. Como primeiros resultados temos os levantamentos dos documentos que tratam da política de formação dos profissionais do magistério da educação básica e a demanda apresentada pela Plataforma Freire no estado da Paraíba.

Palavras-chave: Formação permanente. perspectiva freireana. PARFOR.

---

<sup>1</sup> Taíssa Santos de Lima. Mestranda do programa de Pós-graduação em Educação PPGE/UFPB. Email: taisantoslima@gmail.com

<sup>2</sup> Rita de Cassia Cavalcanti Porto. Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> do Departamento de Habilitação Pedagógica/Centro de Educação /UFPB e dos programas de Pós-graduação: PPGE e PPGDH da UFPB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas da Pedagogia Paulo Freire. Email: ritaccporto@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho procede do projeto de pesquisa para o Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mestrado em educação, linha de pesquisa políticas educacionais.

A pesquisa orienta-se pela seguinte questão: A política nacional de formação de profissionais do magistério da educação básica (PARFOR), propicia uma formação crítica sobre a prática, fundamentada na formação permanente de educadores na perspectiva freireana ou apenas certifica os educadores? Partindo desta questão a pesquisa tem como objetivo geral analisar a influência da formação permanente de Paulo Freire na Política de Formação de Professores e na prática dos educadores do município de João Pessoa – PB, e específicos analisar como se desenvolve a política Nacional de Formação de Professores e a formação permanente de educadores no município de João Pessoa, verificar como a formação permanente de educadores ocorre na prática do professor e identificar se os pressupostos de formação permanente norteiam de fato a prática dos educadores.

Apresentamos uma breve análise da formação de professores no Brasil e a formação permanente de educadores bem como discutimos a Política Nacional de Formação de Professores – PARFOR. O aporte teórico versa sobre Freire (1967; 1987; 1996; 2009) Freitas (2002;2003) e Brzezinski (2008) entre outros autores que defendem a interação entre a teoria e prática na formação docente.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizaremos como recurso metodológico a pesquisa qualitativa, metodologia que estuda uma dada realidade de forma holística, permitindo relacionar o sujeito com a realidade na qual esta inserido (ANDRÉ, 2008). A pesquisa será dividida em etapas inicialmente, faremos o levantamento de material bibliográfico que nos oferecerá o embasamento teórico para a etapa da pesquisa de campo.

Neste sentido, faremos uso de entrevistas semi-estruturadas que permitirão um contato direto com o sujeito pesquisado facilitando a coleta de dados, assim como a

aplicação de questionários. Tendo como princípio a concepção dialógica de Freire as entrevistas não serão um meio de trocar ideias, mas um encontro para reflexão.

A formação permanente considera o professor sujeito da sua formação, uma formação que parte sempre do diálogo, pois “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação- reflexão” (FREIRE, 1987 p.44).

Seguindo a concepção dialógica de Freire faremos uso de um diálogo que não seja imposto, mas que problematize a realidade, onde professores e professoras possam trocar experiências, um espaço da coletividade e não da individualidade. Utilizaremos o diálogo para que os educadores entrevistados possam manifestar suas ideias e interesses, refletirem sobre sua realidade. O diálogo permitirá a interação com os sujeitos pesquisados para que possam compartilhar suas experiências.

Utilizaremos ainda a análise de documentos como fonte de informação a exemplo da LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 e o Decreto nº 6.755/2009 que institui a política nacional de formação de profissionais do magistério da educação básica, visto que, como discutiremos sobre a política educacional, e especificamente, sobre a formação de professores é relevante tomar como base este documento que em sua institucionalização colocou como ponto a ser discutido a questão da formação dos profissionais da educação.

A pesquisa encontra-se em andamento e como primeiros resultados temos os levantamentos dos documentos que tratam da política de formação dos profissionais do magistério da educação básica e a demanda apresentada pela Plataforma Freire no estado da Paraíba

Ressaltamos a relevância social e acadêmica desta pesquisa, uma vez que muito se tem questionado sobre a qualificação docente e, principalmente, sobre a formação docente. A formação permanente na perspectiva freireana corresponde a um tipo de formação capaz de transformar, de provocar mudanças na educação brasileira, substituindo a educação bancária que a tempos tem sido praticada na escola por uma educação problematizadora que forme sujeitos capazes de fazer uma leitura crítica do mundo (FREIRE, 1987).

Logo, as discussões e estudos sobre esta temática não se esgotam demonstrando a relevância da pesquisa que pretende discutir a situação que se encontra a formação de professores no Brasil principalmente no tocante a política nacional de formação de professores e a formação permanente buscando contribuir para uma formação de qualidade, e por sua vez, contribuir com a educação brasileira.

## 1- FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: BREVE ANÁLISE

A formação de professores Brasil se tornou objeto de análise e discussão no país nos últimos anos. Essas discussões dizem respeito, principalmente, a possibilidade ou ao fato de que as políticas de formação de professores no Brasil estão sujeitas a influência do capitalismo que opera como um fator determinante na implantação das políticas públicas em educação.

Conforme Oliveira (2004), Brzezinski (2008) e Freitas (2003) a educação é vista como uma estratégia do Estado para manter o poder e, deste modo, contrabalancear os seus interesses com as necessidades da sociedade e a sociedade, por sua vez, esta subordinada aos interesses de um Estado de caráter regulador, que atribui a educação básica um modelo de formação pautado no desenvolvimento de competências e qualidades, condições estas bastante almejadas em uma sociedade de economia moderna que prioriza a produtividade, ou seja, a educação é vista como uma forma de garantir a manutenção dessas relações, de qualificar os indivíduos para que estes desenvolvam as competências necessárias para o trabalho docente.

Nesta perspectiva, as políticas de formação de professores no Brasil delinearão-se como políticas compensatórias, de cunho assistencialista, financiadas por um estado regulador e interventor que tem como pretensão manter uma certa ordem entre os interesses do mercado e os interesses da sociedade (Idem)

“Os anos 1990 são considerados por alguns autores como a “década da educação”, por ter sido um período marcado pelas reformas educativas implementadas e financiadas por organismos internacionais a exemplo do Banco Mundial, Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a Cultura – UNESCO, entre outros que apresentaram metas para a educação estabelecidas na Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien na Tailândia no ano de 1990, momento de grande importância para a educação não só no Brasil, mas também para a educação em outros países, cuja principal meta seria “satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, erradicar o analfabetismo e universalizar o acesso à escola na infância” (UNESCO, 2001 p.5)

Nos anos de 1990, foram implementadas reformas educacionais que atribuíram ao professor o papel de preparar os sujeitos para a sociedade atual, tendo em vista a relevância do momento histórico.

As reformas educacionais em todos os tempos têm por objetivo adequar o sistema educacional ao modelo de sociedade e de acumulação proposto em um dado momento histórico por reformas do próprio Estado. [...] e o professor neste contexto, aparece como o agente de mudança, responsável pela realização do ideário educacional de cada época.

Assim, as reformas educativas no Brasil tiveram como objetivo adequar a educação ao modelo de sociedade vigente nos anos de 1990 na qual características como eficiência, competência, racionalidade e produtividade foram priorizadas. Neste contexto, a formação de professores apresentou-se como principal meio para essa adequação, tendo em vista, que organismos internacionais como o Banco Mundial, UNESCO, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, entre outros, viram na figura do/a professor/a um/a agente de transformação social e importante colaborador/a no combate às desigualdades sociais, assim como, a figura de um profissional capaz de contribuir para o crescimento econômico do país, promovendo mudanças na sociedade. Conforme relatório do Fórum Mundial de Educação em Dakar (UNESCO, 2001 p.24)

Os professores são atores essenciais na promoção da educação de qualidade, quer nas escolas, quer em programas comunitários mais flexíveis; são defensores e catalisadores da mudança. Nenhuma reforma educacional será bem sucedida sem a participação ativa e a preponderância dos professores.

Muitas são as discussões que apontam o professor como culpado pelo fracasso escolar e pela falta de qualidade na educação e, ao ser apontado como culpado pelo fracasso escolar, logo se questiona a qualidade da formação que foi recebida por esse professor (MAUÉS, 2003).

Conforme Michels (2006) esta culpabilização dos professores em relação à educação, é apontada por alguns organismos internacionais que argumentam que a falta de formação adequada dos professores brasileiros é fator cooperante para o insucesso dos alunos, ideia que não é de todo irrefutável, se lembrarmos que no período das reformas educativas implementadas no Brasil existia um número considerável de professores sem formação inicial, atuando na educação básica, o que ainda existe nos dias atuais.

Neste sentido, as políticas propostas para a formação de professores delinearão-se em torno da aquisição de habilidades e competências necessárias para que o professor

desenvolvesse o seu trabalho, de forma a melhorar os resultados e a qualidade da educação no país, características que se consolidaram com a elaboração da lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, como indica Bazzo (2004, p.274)

A aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, em dezembro de 1996, representou um marco significativo na institucionalização das reformas educativas requeridas pelo processo de reforma do Estado em andamento no país. No centro delas coloca-se estrategicamente a questão da formação dos profissionais da educação.

Com a aprovação desta lei foram propostas alterações em relação à formação de professores, especificamente, em seu artigo 62 que traz consigo a exigência da formação de professores em nível superior para lecionar na educação básica até o final da década da educação (1997 – 2007).

Neste período, porém houve uma grande valorização das competências o que de acordo com Dias e Lopes (2003) conferiu ao currículo de alguns cursos de formação um caráter fragmentado e aligeirado de uma formação que terá como único objetivo certificar os professores. Esse tipo de formação caracteriza-se como uma espécie de treinamento no qual a principal preocupação é com a prática do professor oferecendo uma formação restrita em que se valoriza o fazer em detrimento do saber.

### **1.1- A formação permanente de educadores na perspectiva freireana**

Quando estive a frente da administração da educação da cidade de São Paulo sob indicação da prefeita Luiza Erundina Paulo Freire dedicou-se a formação permanente de educadores e orientou seu programa tendo por base 5 princípios básicos ( VIEIRA, 2008 p.56)

1. O educador é sujeito de sua prática, cumprindo a ele criá-la e recriá-la;
2. A formação do educador deve instrumentalizá-lo para que ele recrie a sua prática através da reflexão sobre o seu cotidiano;
3. A formação do educador deve ser constante, sistematizada, porque a prática se faz e se refaz;
4. A prática pedagógica requer a compreensão da própria gênese do conhecimento, ou seja, de como se dá o processo de conhecer; e
5. O programa de formação de educadores é condição para o processo de reorientação curricular da escola.

Ao analisar a formação permanente proposta por Freire é necessário inicialmente compreender que o homem existe no tempo e que a condição de existir no tempo exige que o homem abandone a condição de mero expectador passivo e assuma uma postura de “interferidor”, que ao invés de ser simples expectador acomodado as prescrições alheias (FREIRE, 1987 p.36) atue no mundo, que tenha consciência da sua condição de inconclusão, de inacabamento, de que a formação não possui um caráter finito e que sempre podemos saber mais, aprender mais, visto que a formação não nos torna seres completos.

A formação permanente defende uma formação pautada na reflexão crítica sobre a prática, uma formação que permita o processo de ação-reflexão- ação na qual o sujeito desenvolva uma postura crítica frente a realidade do seu tempo, tendo em vista que o homem é um ser histórico “o homem existe no tempo. Esta dentro. Esta fora. Herda. Incorpora. Modifica (FREIRE, 1967: 41), tendo em vista, que é a partir da prática que os sujeitos poderão mudar a realidade, o que se dará a partir de uma educação permanente pautada na práxis educativa, na ação reflexão e no diálogo.

Por isso é que a formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário a reflexão crítica, tem que ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática (FREIRE, 1996 p. 39).

A formação permanente é pautada na perspectiva progressista, e neste sentido é comprometida com a reflexão sobre a prática, não esta atrelada a certificação do professor, a oferecer teorias por vezes desconexas da prática. Segundo Vieira (2008) a formação permanente de educadores vai além do treinamento, do aperfeiçoamento ou da reciclagem, pois é uma formação comprometida com a reflexão sobre a prática. “Pensar a prática enquanto a melhor maneira de aperfeiçoar a prática. Pensar a prática através de que se vai reconhecendo a teoria nela embutida. A avaliação da prática como caminho de formação teórica [...]” (FREIRE, 2009 p.16).

A formação permanente na perspectiva Freireana corresponde a um tipo de formação capaz de transformar, de provocar mudanças na educação brasileira, substituindo a educação bancária que a tempos tem sido praticada na escola, uma educação que não há espaço para o diálogo, apenas são depositados conhecimentos para os educandos que são relegados a condição de objetos. Essa prática bancária é oriunda

por vezes de políticas de formação docente que buscam apenas certificar oferecer a teoria sem que haja reflexão da prática (FREIRE 1987) .

A educação é permanente não porque certa linha ideológica ou certa posição política ou certo interesse econômico o exijam. A educação é permanente na razão, de um lado, da finitude do ser humano, de outro, da consciência que ele tem de sua finitude. Mais ainda, pelo fato de, ao longo da história, ter incorporado à sua natureza “não apenas *saber que vivia* mas *saber que sabia* e, assim, saber que podia saber mais. A educação e a formação permanente se fundam aí (FREIRE, 1993 p.12)

Formar os educadores de forma permanente é uma forma de contribuir para uma educação problematizadora que forme sujeitos capazes de fazer uma leitura crítica do mundo, que busque romper com a ideia de formação docente que restringe a autonomia do professor sobre o seu trabalho, sua capacidade de refletir criticamente a realidade na qual esta inserido.

A educação problematizadora resultado da formação permanente de educadores é comprometida com a libertação dos educandos, com o diálogo, com a reflexão crítica da realidade. Formar os educadores a partir da formação permanente na perspectiva freireana é contribuir para a mudança da realidade educacional do país.

## **2- POLITICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E FORMAÇÃO DE PERMANENTE DE EDUCADORES NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA: RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica foi instituída no ano de 2009, pelo decreto de nº 6.755, com a finalidade de estabelecer a atuação da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a um “regime de colaboração” que consiste na partilha de responsabilidades entre a União, Distrito Federal, Estados e Municípios para a promoção de programas de incentivo à formação inicial e continuada dos professores da educação básica, a fim de melhorar a qualidade da formação docente e, por sua vez, a qualidade da educação básica.

A formulação do PARFOR, que se seguiu à definição da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica,

compreende um conjunto de ações do MEC em colaboração com as secretarias de educação de estados e municípios e as IPES para ministrar cursos superiores a professores em exercício em escolas públicas que não possuem a formação adequada prevista pela LDB. (GATTI et al 2011, p. 54-55)

As ações implementadas por esta política ocorreram em conformidade com o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, especificamente em seu plano de metas intitulado: Compromisso todos pela Educação, criado em 2007 e que se caracteriza como um programa estratégico do PDE. Deste modo, a união, os estados e os municípios aderiram ao Plano de Ações Articuladas – PAR, do qual o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR é parte integrante, e tem como agência de fomento a CAPES junto ao PARFOR (GATTI et al 2011). Quanto a atuação da capes junto ao PARFOR Gatti et al (2011, p. 55) destaca

A Capes gerencia e acompanha o processo de proposição, inscrição e execução dos planos estratégicos dos estados em parceria com os as IESs participantes. Os quais devem propor cursos para atender às carências regionais em áreas estratégicas, respaldadas pelos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente. Para tanto, a Capes criou um sistema informatizado, a Plataforma Freire, pelo qual os professores das redes públicas se candidatam aos cursos de formação inicial e continuada mediante pré-inscrição.

O PARFOR por intermédio da Plataforma Freire, oferece ao docente que esta no exercício da profissão, mas sem a formação adequada, a oportunidade de adquirir o grau universitário nos cursos denominados de 1ª licenciatura. Os cursos oferecidos pelo PARFOR, são exclusivos aos/as professores/as da educação básica da rede pública estadual ou municipal de ensino, que devem estar ao menos 3 anos no exercício da docência.

Os cursos são oferecidos na modalidade presencial, semipresencial<sup>3</sup> e à distância (EAD). A distribuição de pólos de apoio presencial caracteriza-se como um ponto positivo desta modalidade de formação já que além de serem oferecidos por intermédio da Plataforma Freire, são oferecidos também pela UAB – Universidade Aberta do Brasil, sistema que oferece o ensino a distância (EAD), que para muitos professores que estão no exercício da docência significa “provavelmente a única oportunidade de acesso a educação superior” (GATTI et al, 2011 p. 81)

Por meio da Plataforma Freire são oferecidos cursos de 1ª licenciatura (professores/as em exercício sem formação em nível superior), 2ª licenciatura (professores em exercício em área diferente da sua formação inicial) e formação

---

<sup>3</sup> Cursos presenciais nos quais as aulas acontecem geralmente aos sábados.

pedagógica (oferecida a professores que estão em exercício, que possuem graduação, mas não são licenciados).

Para fazer parte do PARFOR o/a candidato/a deve se cadastrar na Plataforma Freire e se inscrever previamente no curso que deseja. Posteriormente, a secretaria de educação da qual faz parte (estadual ou municipal), dará validade à inscrição prévia, comprovando que o/a professor/a necessita da formação solicitada. Diante dessas informações que serão registradas em um relatório de validações, é dado prosseguimento a seleção e a matrícula, conforme critério da instituição ofertante.

A discussão acerca da oferta de cursos a serem oferecidos em cada estado é de responsabilidade dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, que foram criados para viabilizar os objetivos propostos no Plano Nacional de Formação de Professores da educação básica. Conforme destaca Gatti et al (2011, p.54)

Os fóruns são órgãos colegiados que tem como finalidade organiza, também em regime de colaboração entre os entes federados, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica. Suas atribuições são: elaborar e acompanhar planos estratégicos com base no diagnóstico e na identificação das necessidades de formação do magistério das redes públicas, apoiado no censo escolar da educação básica, articular ações, otimizar recursos e potencializar esforços em interação com os sistemas de ensino e instituições formadoras sediadas no estado.

Nestes fóruns, as secretarias municipais e estaduais de educação discutem a necessidade de formação existente e as IES<sup>4</sup>, ofertam suas vagas, partindo do diagnóstico e do censo escolar. Com relação ao processo de seleção percebemos que é uma das fragilidades desta política, uma vez que, o/a candidato/a a vaga nem sempre é selecionado por uma prova de vestibular usual, por vezes o/a candidato/a fica à espera de um sorteio ou é submetido análise do currículo esse longo processo pode levar os professores tanto a desistência da formação quanto a investir em uma faculdade privada.

Com isso, “a formação em serviço da imensa maioria dos professores passa a ser vista como um lucrativo negócio nas mãos do setor privado e não como política pública de responsabilidade do Estado e dos poderes públicos” (FREITAS, 2002 p. 13). Em vista disso, há um aumento no número de instituições e cursos superiores oferecidos pela rede privada de ensino, o que se constitui como um embate, pois no momento em que esse mercado de instituições e cursos no setor privado se estabelece, deixa – se de investir nas instituições públicas, contribuindo para a desqualificação docente, visto

---

<sup>4</sup> Instituições de Ensino Superior.

que, essas pessoas acabam escolhendo esses cursos por ser uma forma mais ágil de se obter uma formação.

Ao oferecer esse tipo de formação o setor privado acaba fazendo as vezes do público e responsabilizando –se por uma política que deveria ser pública e assumida de forma efetiva pelo Estado, que tem por obrigação oferecer uma formação de qualidade.

O PARFOR é uma política voltada para a formação de professores e surgiu para atender as exigências da LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 que em seu artigo 62 destaca a exigência da formação de professores em nível superior para lecionar na educação básica, buscando oferecer os conhecimentos teóricos aos professores em exercício.

Partindo dessa observação evidenciamos para apreciação um levantamento da demanda apresentada pela Plataforma Freire no estado da Paraíba das pré – inscrições para o semestre 2013.2

| <b>Estado</b> | <b>Vagas disponíveis</b> | <b>Inscritos/vagas</b> | <b>Inscritos/autorizados</b> | <b>Modalidade</b>                         |
|---------------|--------------------------|------------------------|------------------------------|---|
| Paraíba       | 570                      | 44,04%                 | 92,83%                       | 1ª licenciatura                           |
|               | Não há vagas disponíveis | -----                  | -----                        | 2ª licenciatura                           |
|               | Não há vagas disponíveis | -----                  | -----                        | Formação inicial –<br>formação pedagógica |

**Quadro 1: PARFOR: Oferta de vagas no Estado da Paraíba**

Fonte: Quadro construído a partir de consulta ao site: freire.mec.gov.br

Verificando o quadro acima percebe-se que há um grande número de vagas ofertadas no estado da Paraíba nos cursos de formação inicial 1ª licenciatura o que demonstra que ainda há professores na educação básica em exercício sem formação em nível superior como propõe a LDB 9.394/96.

Para Brzezinski (2008) torna-se evidente que o Brasil tem optado por um “modelo” de formação docente que se resume a certificar e não a conceder uma

formação de qualidade aos professores considerados leigos<sup>5</sup>, ou “aos futuros professores”, conforme a LDB 9.394/96.

Percebemos que as políticas públicas para a formação de professores em nosso país se preocupam apenas com números, com um contingente de pessoas que portarão um diploma, um certificado, quando deveriam preocupar-se em oferecer uma formação de qualidade, visto que, as políticas propostas para a formação de professores delinearão-se em torno da aquisição de habilidades e competências necessárias para que o professor desenvolva o seu trabalho de forma a melhorar os resultados e a qualidade da educação país, já que o argumento qualidade na educação, a tempos tem sido utilizado para exigir um melhor desempenho dos/as professores/as, já que estes e sua má formação são considerados culpados pelos péssimos resultados da educação brasileira em dados apresentados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (MAUÉS, 2003).

Todavia, não se pode responsabilizar apenas os/as professores/as pela qualidade e resultados da educação em nosso país, visto que, poucas são as iniciativas tomadas em relação a uma formação permanente de professores, poucas são as iniciativas em prol de uma formação que permita a relação dialética entre teoria e prática “do entendimento de que a formação do professor é uma prática pedagógica na qual se articulam teoria e prática e, por isso é práxis” (BRZEZINSKI, 2008 p. 1140 – 1141).

Entendemos que os cursos de formação de professores devem ter os conhecimentos teóricos como base do currículo, contudo é importante ressaltar o fazer do/a professor/a, sua prática, a experiência adquirida no cotidiano da escola, de modo que teoria e prática tenham uma relação dialética, pois é a teoria que irá oferecer subsídios para a formação intelectual e política do professor de forma que este se torne crítico e reflexivo. “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 1996 p. 38).

Deste modo, não existe qualidade em políticas de formação que não se organizem em torno de uma formação permanente pautada na reflexão da prática partindo da concepção dialógica de Freire, onde os professores possam dialogar sobre suas práticas fazendo uma leitura crítica do mundo vivido.

---

<sup>5</sup> Professores que atuam em sala de aula, mas que não possuem formação superior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento do presente artigo, verificamos que tanto na década da educação (1997 -2007), como nos dias atuais com a instituição da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, as políticas implementadas para a formação de professores não buscam uma formação que promova a interação entre teoria e prática.

A pesquisa ainda encontra-se em andamento, posteriormente serão realizadas as entrevistas com os educadores no município de João Pessoa, entretanto é possível mencionar a partir do levantamento dos documentos que tratam da política de formação dos profissionais do magistério da educação básica e da demanda apresentada pela Plataforma Freire no estado da Paraíba que ainda há um considerável número de professores no estado da paraíba a serem formados.

Ao analisar a política de formação dos profissionais do magistério da educação básica percebemos que o objetivo do curso é apenas oferecer os conhecimentos teóricos aos professores que já possuem o exercício da prática, caracterizando-se como uma política compensatória, uma vez que foi instituída para dar continuidade a formação dos professores que não foram formados até o final da década da educação (1997-2007) como proposto na LDB 9.394/96 .

Acreditamos que toda prática deve ser fundamentada, porém não se trata apenas de oferecer a teoria para completar a formação e certificar os professores/as, pois a formação não nos torna completos, é necessário compreender que a formação de professores na perspectiva de formação permanente centrada em Freire permite que os educadores reflitam criticamente sobre a prática, promovendo uma relação dialética entre teoria e prática.

A formação que não leva os educadores a reflexão não transforma a realidade apenas mantém os sujeitos ajustados as condições estabelecidas, modela comportamentos, leva os educadores a valorizarem o saber em detrimento do pensar. Assim, destacamos que o PARFOR não oferece uma formação que reflete a realidade, a

prática dos educadores, a política nacional de formação de professores da educação básica apenas certifica os professores.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. 18. Ed. Campinas: Papirus, 2011. 123 p.

BRZEZINSKI, Iria. **Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental**. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, n. 105, p.1139-1166, set/dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a10.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2010, 09:30:15.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.1996.** Disponível em: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/gfm/legislacao/lei9394\\_96.pdf](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/gfm/legislacao/lei9394_96.pdf). Acesso em: 12 dez. 2011, 18:30:21.

BRASIL. **Decreto n. 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes - no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/ anotada/2350013/decreto-6755-09>. Acesso em : 15 fev.2012, 14:10:20.

\_\_\_\_\_. MEC: UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir**. 9ª ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF, 2004. (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI).

CAPES. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR**. CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/parfor>. Acesso em: 30 jul. 2013, 21:25:30

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. 123 p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 96 p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. 39. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 141 p. (Coleção Leitura)

\_\_\_\_\_. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. 22. Ed. São Paulo: Olho d' Água, 2009. 123 p.

\_\_\_\_\_. **Política e educação: ensaios**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2001. 57 p.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Formação de professores no Brasil: 10 anos de embate entre projetos de formação**. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v.23, n. 80, p. 136-167, set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12928.pdf>. Acesso em: 29 set. 2011, 11:40:30.

\_\_\_\_\_. **Certificação docente e formação do educador: regulação e desprofissionalização**. Revista Educação & Sociedade, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1095-1124, dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v24n85/a02v2485.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2011, 13:10:40

GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazio de Afonso André. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

MAUÉS, Olgaíses. As Políticas de Formação de Professores: a “universitarização” e a prática. In: **Reunião Anual do ANPED**, Poços de Caldas: ANPED, 2003. Disponível em: [www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/olgaisescabralmaues.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/26/trabalhos/olgaisescabralmaues.rtf). Acesso em: 19 abri. 2011, 12:45:55

MICHELS, Maria Helena. **Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos a organização escolar**. Revista Brasileira de Educação, Santa Catarina, v. 11, n. 33, p. 406 – 560, set/dez. 2006.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a03v1133.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2011, 20:23:40

OLIVEIRA, Daniela Motta. **A formação de professores na Lei n.º 9394/96: Um estudo comparativo das diretrizes estabelecidas para a formação de professores do ensino fundamental nos anos 70 e nos anos 90.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. 2002.

UNESCO. **Educação para todos: O compromisso de Dakar.** Brasília: UNESCO; CONSED; Ação Educativa, 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001275/127509porb.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2011

VIEIRA, Sônia Regina. **Formação permanente de educadores na perspectiva freireana: um olhar sobre a experiência de Diadema.** 2008. 114 f. Dissertação (Mestrado em educação) – Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.